

MULHERES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: A INVISIBILIDADE NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Rose Clér E. Beche ¹
Geovana Mendonça Lunardi Mendes ²

RESUMO

Este é primeiro estudo realizado no âmbito do projeto de pesquisa em desenvolvimento no curso de Doutorado em Educação, no PPGE/FAED/UEDESC, que objetiva “Compreender, pela perspectiva de mulheres com deficiência, como são representados os princípios da ética do cuidado no enfrentamento ao capacitismo no Ensino Superior”. Temos os Estudos Emancipatórios da Deficiência como aporte teórico, buscando respeitar o princípio do InvestigarCOM as mulheres com deficiência, que se propõe a confrontar os mecanismos capacitistas de fazer pesquisa. Foi um estudo de cunho qualitativo, uma revisão integrativa da literatura, que analisou as produções científicas que tenham foco nas mulheres com deficiência das Instituições de Ensino Superior no período de 2016 a 2020. Como base de dados utilizamos o Portal da CAPES, via sistema CAFE/UEDESC, a Revista de Educação Especial/UFSC e a Plataforma Google Acadêmico. Poucos artigos atenderam aos critérios de inclusão propostos. Três categorias surgiram e nortearam as reflexões deste estudo. A categoria encontrada em todos os artigos foi o Capacitismo, mesmo que, em alguns de forma não nomeada e nem discutida. A acessibilidade foi a mais valorizada pelas autoras dos artigos que compunham o escopo deste estudo. E a última, a interseccionalidade que evidenciada em 50% dos artigos foi tratada, na maioria deles, como um elemento de análise diluído entre muitos outros, deixando evidente o quanto a opressão por gênero associada à presença de um corpo com lesão não está, ainda, perceptível para as colegas autoras. Fato que reforça a invisibilidade e, possivelmente, atrapalha o desenvolvimento acadêmico e emancipatório dessas mulheres.

Palavras-chave: Mulheres com deficiência, Ensino Superior, Capacitismo.

INTRODUÇÃO

O contexto atual da educação tem se mostrado desafiador no que tange a acessibilidade como instrumento de inclusão para estudantes com deficiência pois, apesar da atual política pautada na perspectiva da educação inclusiva, a representatividade das pessoas com deficiência ainda é pequena em todos os níveis de ensino. Vencemos o abandono, institucionalizado ou não, e vivemos o aceite da participação destes sujeitos nos diferentes níveis de educação. No entanto, as pesquisas apontam que, além da pequena representatividade destas pessoas no Ensino Superior, o abandono é proporcionalmente maior dos que das estudantes que não possuem deficiência (Barnes, 2007) constatando o quanto ainda nos mantemos desafiados a

¹ Doutora pelo Programa PPGE da Universidade do Estado de Santa Catarina- SC, rose.beche@udesc.br;

² Professora orientadora: Pós-Doutora. Universidade do Estado de Santa Catarina- SC, geolunardi@gmail.com.



criar as condições necessárias de acessibilidade para que as barreiras, de diferentes ordens, sejam eliminadas.

Notadamente, em nosso país, temos legislações comprometidas com os princípios mais atuais do processo inclusivo. Em 2007, a ONU promoveu a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2008). A partir de então, todas as Leis subsequentes incorporaram em seu escopo os princípios defendidos, garantindo crescentes avanços no âmbito do trabalho, da escolarização e da participação social ao grupo das pessoas com deficiência, em uma tentativa, ainda insipiente de equalização de conquistas.

Vale, aqui, ressaltar o importante marco legal da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), em vigor a partir de janeiro de 2016 e define no seu Artigo 2º pessoa com deficiência como

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A importância desta Lei está no direcionamento à sociedade da responsabilidade na eliminação das barreiras existentes no ambiente atribuindo a ela a obrigatoriedade da criação de mecanismos e recursos que oportunizem a participação efetiva das pessoas com deficiência, visando o exercício pleno de sua cidadania. Esta mudança de concepção, deslocando a deficiência do sujeito, como atributo de “tragédia pessoal” (OLIVER, 1990), para o contexto social em que a pessoa com deficiência está localizada, responsabiliza, assim, todos os âmbitos da sociedade pelas dificuldades enfrentadas por este grupo de pessoas. Este novo paradigma impulsiona a sociedade, em geral, a rever suas diretrizes e concepções.

No que tange a presença das estudantes com deficiência no Ensino Superior percebemos um aumento expressivo, segundo a análise realizada por Martins, Leite e Broglia (2015) dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (INEP) nos anos de 2000 a 2011 com um crescimento de 250% nas matrículas. Especificamente, nas Instituições de Ensino Superior (IES) federais, marcos legais tais como a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) e o Programa INCLUIR (Edital 04/2008) impulsionaram a criação dos Núcleos de Acessibilidade provocando-os a efetivar as ações de acessibilidade necessárias para garantir as estudantes com deficiência as condições de realização plena de suas atividades neste espaço educacional.

Desta forma, as IES foram desafiadas a repensar seus espaços e formas de ensino para garantir o acesso, a permanência e a participação plena das estudantes com deficiência no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão. No entanto, as ações deflagradas

permanecem insuficientes quando consideramos que no Censo da Educação Superior de 2018 apenas 0,5% do total de 8,45 milhões de matrículas no Ensino Superior são de estudantes com deficiência ou seja, a representatividade desde grupo ainda é insipiente neste espaço.

Historicamente duvidamos, com base no modelo médico incorporado ao nosso preconceito, se estas estudantes deveriam estar ali e, inclusive, realizamos pesquisas investigando porque elas estavam ocupando o espaço do Ensino Superior. Reafirmando através da ciência positivista o preconceito e o elitismo deste espaço educacional. Segundo Débora Diniz et al (2009) coube a hegemonia discursiva da biomedicina demarcar o binômio normal e patológico, contribuindo para que a deficiência fosse compreendida como desvantagem natural e indesejável. Assim, se a estudante tem uma condição que *a priori* o desacredita frente ao contexto educacional ela necessita empenhar um esforço pessoal ainda maior para que as barreiras, de diversos âmbitos, sejam ultrapassadas. Nesta perspectiva a relação entre deficiência e sujeito estão imbricadas de tal modo que só vemos a estudante a partir da deficiência comprovada, do déficit que ela apresenta, dos limites que seu corpo possui. Essa hegemonia foi enfraquecida a partir dos Estudos sobre Deficiência (*Disability Studies*), mais especificamente com o Modelo Social da Deficiência.

Esta perspectiva traz uma percepção diferenciada sobre a deficiência, deslocando-a do sujeito para o seu contexto. Defende que as lesões que determinados corpos possuem não são, por si só, a causa das limitações vivenciadas pelas pessoas com deficiência. É preciso que estes corpos com lesão estejam imersos em um contexto não acessível e acolhedor para que a deficiência, como forma de opressão, lhes sejam imputadas. Ou seja, as variações corpóreas, sejam quais forem, não são deficiências. Há uma clara distinção entre lesão, localizada no corpo, e deficiência, as restrições vivenciadas pelas pessoas em contato com o contexto social. O Modelo Social da Deficiência, inicialmente proposto por homens com lesão medular, na década de 60 no Reino Unido, questionou o modelo médico que entende a deficiência como “tragédia pessoal” (OLIVER, 1990) e que justifica a exclusão social a partir da inabilidade dos corpos de se adaptarem ao mundo. Constituíram as Upias (Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação), “primeira organização política sobre deficiência a ser formada e gerenciada por deficientes” (DINIZ, 2007, p.14), cujo principal objetivo era redefinir a deficiência numa perspectiva de opressão social, tal qual a sofrida por outros grupos minoritários, como os negros e as mulheres.

Posteriormente, com as abordagens pós-modernas e a presença das críticas feministas, nos anos 1990 e 2000, surge a segunda geração do Modelo Social, abarcando as bases teóricas dos estudos de gênero e o feminismo. Nesta perspectiva, o olhar foi direcionado para questões

da vida das pessoas com deficiência até então desconsideradas, tais como a questão da dor, da dependência, interdependência e do cuidado (DINIZ, 2007, p. 60). Estas teóricas, a maioria sendo mulheres com deficiência, focaram no significado de uma vida em um corpo doente ou lesado. Incorporaram, com suas experiências e “a autoridade da experiência do corpo com lesões” (DINIZ, 2007, p.61) as cuidadoras que, sem deficiência, alcançaram lugar de fala, dando visibilidade a um grupo que, majoritariamente do gênero feminino, fora esquecido pelos teóricos até então.

Assim, defendem a dependência como condição humana, podendo ser vivenciada em diferentes momentos da nossa vida. Assegurando que a independência, tal como preconizada no modelo capitalista, é uma falácia e o cuidado, torna-se uma questão social e política. Esta máxima pode ser verificada em diversos âmbitos no período vivido da pandemia da COVID 19, onde foi possível perceber o quanto nossa sobrevivência depende de outras vidas. Afinal,

[...] nós só podemos sobreviver e nos desenvolver entre redes de interdependência com outras pessoas e essas redes de dependências constituem vínculos morais que continuam a ‘unir’ mesmo adultos formados. (SCULLY, 2005, p. 122)

Foram as teóricas da Segunda Geração que abordaram o envelhecimento e as doenças crônicas como condições, mesmo que temporárias, associadas a outras variáveis como raça, orientação sexual, gênero, idade tornam-se formas de opressão e discriminação. A vivência da interseccionalidade da deficiência com outras variáveis identitárias ganhou evidência e passou a ser considerada num viés político-identitário. Rosemarie Thompson (2002) afirma que este olhar interseccional tem constituído a teoria feminista da deficiência que congrega dois campos, até então diversos cujas congruências não eram consideradas tanto pelas feministas, que não consideravam a deficiência como elemento identitário, como nos estudos da deficiência o gênero não era contemplado. Desta forma, através de um campo interseccional é possível, mais facilmente, desvelar as opressões vivenciadas pelas mulheres com deficiência pois evidenciam as relações de poder e privilégios que a norma instituída culturalmente impõe.

Conceber a deficiência, na ótica do Modelo Social é entender que esta perpassa nossas vidas de diferentes modos e tempos. A deficiência não pertence mais a um grupo “seleto” de escolhidos, mas a todas que, ao longo da vida poderão experimentar, mesmo que de forma temporária, seja no próprio corpo, seja na parentalidade, seja nas relações sociais. Afinal “a deficiência é a mais humana das experiências, tocando todas as famílias e - se vivermos o suficiente - tocando todos nós”. (THOMSON, 2002, p.05).



Mais recentemente no Brasil, em analogia ao sexismo, adotamos o termo capacitismo para descrever e categorizar o preconceito imposto as pessoas com deficiência, seja de forma velada ou explícita.

Este artigo refere-se ao primeiro estudo de um escopo de três que compõe a tese de doutoramento que está sendo realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O Objetivo geral desta tese é “compreender pela perspectiva de mulheres com deficiência como são representados os princípios da ética do cuidado e o capacitismo no ensino superior”.

Tendo como base teórica os Estudos da Deficiência optamos por uma metodologia que respeita os princípios basilares do Modelo Social da Deficiência a que é afeto. Para tanto, utilizamos os Estudos Emancipatórios da Deficiência que tem quatro princípios basilares. A saber, I - O Modelo social da deficiência enquanto perspectiva teórica; II – A responsabilidade do pesquisador com os sujeitos da investigação; III – Uma ciência Comprometida com a luta das pessoas com deficiência e IV – Metodologia/Técnicas que captem a complexidade real e valorizem a voz das pessoas com deficiência. (MARTINS et al, 2012)

Assim, todo este projeto de tese foi, desde os primeiros delineamentos, construído juntamente com um grupo de mulheres que vivenciam a experiência da deficiência. Denominado como Grupo de Apoio a participação tem sido imprescindível no direcionamento de todas as ações principalmente considerando que não somos mulheres com deficiência. Como sou a pesquisadora orientanda tenho meu lugar de fala como mãe de filho e filha que vivenciam a deficiência e de coordenadora do Núcleo de Acessibilidade Educacional da universidade onde também atuo como professora. Outra questão que precisa ser registrada é o posicionamento político que permeia nossos estudos quando da utilização de pronomes femininos sempre que nos couber decidir o gênero desses pronomes na escritura deste texto.

Neste primeiro estudo, registrado neste artigo, objetivamos “Analisar as produções científicas que tenham como sujeito as mulheres com deficiência das IES públicas brasileiras no período de 2016 a 2020”. Realizamos uma revisão integrativa da literatura utilizando periódicos da área da Educação e com a ajuda do software Iramuteq surgiram de três categorias: Acessibilidade no Ensino Superior, Capacitismo e Interseccionalidade que serviram de baliza para as análises. Dentre os resultados suscitados o fato de termos poucas publicações cujo foco fossem as mulheres com deficiência, estudantes do Ensino Superior aponta, a priori, a invisibilidade atribuída a este grupo, o que coaduna com outro achado que é a pequena quantidade de artigos que abordam a interseccionalidade entre deficiência, raça, gênero ou qualquer outro elemento identitário. A presença do Capacitismo em todos os textos, nem



sempre nomeado, que reflete a necessidade de mais ações de divulgação sobre o preconceito direcionado às pessoas com deficiência.

Desta forma, este estudo trouxe elementos inquietantes, pois apontam o quanto o âmbito da pesquisa ainda desconsidera elementos identitários como formas de opressão para o grupo foco. Considerando que todos os artigos que compuseram o escopo deste estudo eram registros de pesquisas podemos intuir que os resultados podem ter sido influenciados pela ausência da interseccionalidade naqueles que os elementos identitários foram desconsiderados. Todas estas observações reafirmam a importância de estudos que tenham como base teórica o Modelo Social da Deficiência e possam ser incentivadores de novas pesquisadoras que façam ciência politicamente empenhada e comprometida com as lutas das mulheres com deficiência, grupo que tem sido duplamente oprimido pela experiência da deficiência e pelo gênero.

METODOLOGIA

Este estudo utilizou o recorte temporal de 2016 a 2020 com base na presença de marcos legais que estimularam políticas públicas direcionadas ao acolhimento de estudantes com deficiência no Ensino Superior.

Esta revisão integrativa da literatura contou com ajuda de um software de apoio a análise do que foi produzido cientificamente sobre o público alvo da pesquisa. Para tanto, utilizamos 4 descritores para designar o Ensino Superior (graduate, higher education, university education, university) e 03 descritores para mulher com deficiência (woman with disability, disability woman, disabled women). Atentamos para o plural e diferentes combinações entre eles. Estes termos, com a utilização dos operadores booleanos OR e AND, foram buscados no título, no resumo e/ou nas palavras-chave. Optamos por 3 bases de dados o Portal da CAPES acessado pela Biblioteca Universitária da UDESC, com a utilização do Sistema CAFe (acesso unificado por meio da biblioteca virtual), que possuía no final de 2019, um acervo de 331.565 documentos e 139 bases de textos completos. A Revista Educação Especial/UFSM, que se configura como uma das primeiras publicações sistemáticas na sua área e o Google Acadêmico. Encontramos um número muito pequeno de artigos, no tal de 10, que, aplicados os critérios de inclusão, balizaram os resultados deste estudo.

Com a utilização do software Iramuteq surgiram três categorias: Acessibilidade no Ensino Superior, Capacitismo e Interseccionalidade. Além do apoio do referido software, utilizamos uma planilha contendo as informações mais pertinentes. Salienta-se que todos os artigos eleitos são pesquisas ou recortes de pesquisas realizadas em cursos de pós-graduação, de diferentes lugares do Brasil. Registramos também que os artigos eleitos foram balizados por



um júri composto por seis mulheres que são profissionais da educação e/ou pesquisadoras e/ou pessoas com deficiência estudantes de cursos de Pós-Graduação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A trajetória percorrida nesta pesquisa apontou para a importância das três categorias ao focarmos ao grupo de mulheres com deficiência que são estudantes do Ensino Superior.

Acessibilidade no Ensino Superior - Esta foi a categoria que surgiu de forma mais recorrente, em nove dos artigos. As estudantes com deficiência, citadas nos artigos, apontam, em diferentes momentos o quanto o espaço universitário ainda se apresenta hostil e que, na maioria dos casos, a presença ou não da acessibilidade foi propulsora da escolha dos cursos e da área de formação, em detrimento, muitas vezes dos interesses pessoais. Utilizando as dimensões da acessibilidade organizadas por Sasaki (2019) apresentaremos os principais dados coletados nos artigos que fazem parte do escopo desta pesquisa:

Dimensão Arquitetônica – A presença de espaços pedagógicos inacessíveis e de situações desrespeitosas com as estudantes com deficiência física, como, por exemplo, necessitarem ser carregadas no colo para acessar uma sala de aula no andar superior porque não há rampas de acesso ou elevadores ou laboratórios onde as bancadas são altas e não projetadas para uma estudante que use uma cadeira de rodas, são desmotivadores e compõem as muitas razões de reprovação e de abandono.

Dimensão Atitudinal - Alguns dos artigos (FARIAS, 2019; DEWES E CASTRO, 2018) apontam a esta dimensão de acessibilidade como propulsora de todas as outras, visto que, a concepção de deficiência é norteadora das ações realizadas, assim, se a percepção que a academia tem da pessoa com deficiência é de incapacidade e de responsabilidade pelas suas “limitações” a oferta de atendimento apresenta-se com o caráter assistencialista, não de direito. Andriara Dewes e Sabrina Castro (2018), no estudo feito, registram que as barreiras atitudinais são poderosas porque menos visíveis e palpáveis agregando preconceitos e percepções equivocadas sobre as pessoas com deficiência.

Dimensão Comunicacional - Jackeline Silva (2018), através das falas de pesquisadas, expõe a presença das barreiras quando as especificações corpóreas não são consideradas no que tange ao planejamento das atividades pedagógicas, como por exemplo, aulas sem a presença do interprete de Libras deixando estudantes surdas sem comunicação e sem condições de acompanhamento do que é exposto.

Dimensão Instrumental – Apontado por Adenize Farias (2019) como imprescindível, a tecnologia assistiva, é capaz de assegurar a autonomia e a participação de mulheres cegas no contexto educacional. Denunciando, inclusive o alto custo de alguns equipamentos, o que pode dificultar o acesso destas estudantes às informações e, conseqüentemente, ao conhecimento. Fato também comprovado pela pesquisadora Alana Carvalho e Silva (2020) ao expor o desconhecimento social sobre os direitos sexuais e reprodutivos deste grupo o que ocasiona entraves à plena vivência da sexualidade.

Dimensão Metodológica – A presença de planejamentos inflexíveis que desconsideram as variações humanas refletem o quanto nosso olhar sobre as teorias pedagógicas ainda tem como base uma estudante idealizado, sem deficiência.

Entendemos que a acessibilidade é um direito que deveria ter como base a justiça social e, se aliado da empatia, poderíamos visualizar um espaço acadêmico mais respeitoso e acolhedor às todas as diferenças que nos compõem.

Capacitismo - Explicitamente foi encontrado em 08 dos artigos deste estudo. No entanto, como concebemos que ele é estrutural e estruturante (GESSER *et al*, 2020) podemos entender que ele está presente em todos os artigos, mesmo sem ser nomeado. Tornando possível evidenciar o Capacitismo sendo apresentado de diversas formas. Em alguns textos, mascarado de positividade, no mito de superação, quando há uma supervalorização das conquistas obtidas pelas estudantes com deficiência. São concebidas como heroínas pois conseguem sucesso apesar de todas as dificuldades vividas. Em outros textos, apresenta-se como o descrédito atribuído a estudante com deficiência. Levado pela concepção de que estas estudantes não tem capacidade para estar usufruindo do espaço do Ensino Superior, simplesmente porque têm variações corporais distintas, desacreditando no seu potencial e exigindo que façam esforços muito maiores para se manter ali.

O Capacitismo, nas suas diversas e cruéis nuances, traz a invisibilização, Em um dos estudos que compõe o escopo desta pesquisa Almeida, et al (2020) alerta para a dificuldade imposta por tal mecanismo quando buscamos nos dados Censo do INEP de 2015 pelo recorte de mulheres com deficiência e, para que alcancemos tais informações é necessário acessar os microdados sendo que, para tal leitura, são necessários aplicativos específicos devido ao tamanho dos arquivos. Ou seja, a própria dificuldade em encontrar tais informações inibe a visibilização dos números e desestimula análises possíveis.

Interseccionalidade - Esta categoria foi encontrada em 5 dos artigos desta pesquisa. E, muito rapidamente, foi possível perceber o quanto as questões interseccionais são desconsideradas pelas pesquisadoras, visto que, os textos foram escolhidos tendo como foco mulheres com

deficiência. Ou seja, em 50% dos artigos o gênero não foi concebido como instrumento de opressão que, associado à deficiência, produz uma multiplicidade de experiências que podem ser determinantes na produção das diferenças. Os artigos que, explicitamente, consideraram a interseccionalidade trazem o sexismo como vivência cotidiana das estudantes que foram foco dos seus estudos. Experiência vivenciada desde a escolha dos cursos até a plena participação em todas as atividades propostas. Almeida, et al (2020) aponta que, segundo os microdados do INEP, as estudantes com deficiência estão matriculadas, majoritariamente, em cursos de licenciaturas e bacharelados em detrimento dos cursos tecnólogos. Outra pesquisadora, Jackeine Silva (2020) registra, por enxertos de falas de pesquisadas, que o sexismo associado ao capacitismo provocam episódios de discriminação, inclusive pelos professores que questionam o porquê da escolha de determinado curso. Juliane Abreu e Rodrigues (2020) aponta que a hostilidade com que as estudantes com deficiência são tratadas inúmeras vezes provocam o desejo de ocultar, sempre que possível, a deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise realizada foi possível verificar a invisibilização imposta ao grupo de mulheres com deficiência, desde os documentos legais até as próprias produções científicas. A interseccionalidade, gênero e deficiência é, de tal forma desconsiderada que muitos dos textos que compõe o escopo deste estudo, por serem majoritariamente relatos de pesquisas, evidenciam a presença do patriarcalismo e da percepção biomédica da deficiência onde as mulheres não tem seu gênero considerado como forma de opressão, caso tenham lesões em seus corpos. Como se fossem ou mulheres ou deficientes. Carla Akotirene (2019, p. 45) afirma que o “pensamento interseccional nos leva a reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroboramos com as violências”. Assim, como pesquisadoras, se desconsideramos em nossas análises a matriz interseccional estamos coadunando com ideias e práticas (obviamente) excludentes e discriminatórias.

As estudantes com deficiência que foram foco das pesquisas tiveram suas histórias acadêmicas vasculhadas, explicitadas e, imaginamos, se aceitaram fazer parte daqueles estudos é porque, em alguma medida já tem a percepção que seus corpos são políticos e a sua presença em um espaço por tanto tempo elitista e sexista provoca mudanças.

O que podemos afirmar é que questões até então veladas foram descortinadas a partir da presença daquelas estudantes com deficiência e do trabalho de análise das pesquisadoras que utilizaram diversas lentes teóricas, construindo um caleidoscópio que, pelas mistura de cores, fez emergir em textos amplamente divulgados, o pano de fundo do capacitismo na academia.

A partir destes estudos é possível confrontar o capacitismo estrutural das Intituições de Ensino Superior, a presença insipiente de empatia das relações acadêmicas, o sexismo que existe na escolha das profissões e o elitismo que orienta os fluxos de entrada e que incita o fracasso e a desistência de conclusão deste nível de ensino.

A força de uma legislação que objetiva a acessibilidade é apontada neste estudo como primordial para as mudanças observadas, visto que, deslocou-se a responsabilidade dos processos inclusivos para o social, contrapondo a percepção que individualiza a deficiência no corpo com lesão.

Durante as análises, no ir e vir da revisão dos conceitos que embasam a teoria pano de fundo deste estudo, percebemos, com satisfação, que o Modelo Social da Deficiência já está, senão introjetado, pelo menos beirando as análises realizadas pelas pesquisadoras cujos artigos foram analisados. O que aponta uma mudança na concepção da deficiência e uma possibilidade de corte das amarras que mantiveram, por tanto tempo, este conceito arraigado ao modelo biomédico.

Segundo os relatos das pesquisas que compoem este estudo, marcas patriarcais que definem, culturalmente, como papel da mulher a organização do lar e o cuidado com os filhos associados ao descrédito atribuído aos corpos dissoantes da pretensa normalidade, inúmeras vezes, justifica o fracasso, as reprovações e as desistências vivenciadas. Outros, em contraponto, valorizaram as experiências de emancipação vividas pelas estudantes, legitimando o potencial humano, responsabilizando o meio pelas dificuldades enfrentadas e corporificadas na ausência de acessibilidade atitudinal, força motriz de todas as outras.

Este estudo, ao responder ao nosso objetivo, nos trouxe, tanto como pesquisadoras como professoras do Ensino Superior, desconfortos e, conseqüentemente, a obrigatoriedade de impulsionar, de forma ainda mais ágil, as mudanças necessárias para que este espaço, onde atuamos cotidianamente, seja menos elitista e segregador. Concordamos com muitas das pesquisadoras que tiveram seus artigos compondo o escopo deste estudo, quando afirmam a importância da realização de novas pesquisas onde o espectro da interseccionalidade que nos compõe seja considerado. Só então, elementos da nossa matriz interseccional, se explicitados, deixarão de ser opressores para todas e, quem sabe, as vivências singulares em corpos com lesões poderão ser concebidas como parte da nossa humanidade e quiçá, gênero, deficiência, raça ou qualquer outra especificidade terão outras conotações que não a discriminação e a exclusão.

REFERÊNCIAS



ABREU, J. M. S. de; RODRIGUES, K. F.. Estigmatização e violência simbólica: processos excludentes no contexto da educação inclusiva. IV CINTEDI – Congresso Internacional de Educação Inclusiva e V Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva. Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 537-554. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/73818>. Acesso em: 3 mar. 2021.

AKOTIRENE, C.. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, L. D. A.; AMARAL, M. A.; JUAREZ, Y. F. B.; CASTELINI, P.. Acesso e Permanência de mulheres com Deficiência nos Cursos Superiores em Computação. *Interdisciplinary Scientific Journal*, v. 7, n. 1, p. 192-208, 2020.

BARNES, C.. Deficiência, o Ensino Superior e a Sociedade Inclusiva. *British Journal of Sociology of Education*, 28 (1), p. 135-145, 2007

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL, INEP. Relatório Técnico do Censo da Educação Superior. 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>, Acesso em 20/05/2022.

CARVALHO, A. N. L de; SILVA, J. P. da.. Representações sociais de Universitários com Deficiência Física sobre a Sexualidade das Pessoas com Deficiência. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 709-728, 2020.

DEWES, A.; CASTRO, S. F. de.. Trajetória Formativa de uma Acadêmica Cega em um Curso de Pedagogia: Tempos e Espaços Formativos em Tempos de Inclusão. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, v. 5, n. 1, p. 159-174, 2018.

DINIZ, D.. O que é deficiência: São Paulo: Coleção Primeiros Passos, Brasiliense, 2007.

DINIZ, D., BARBOSA, L.; SANTOS W. R. dos.. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 6 • n. 11 • dez. 2009 • p. 65-77.

FARIAS, A. Q. de.. Deficiência, Docência e ensino Superior: A Trajetória Acadêmica de uma Professora Cega. **Revista de Educação Inclusiva**. Campina Grande, PB, volume temático, p. 57-65, 2019.

GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G de.. Estudos da Deficiência: Interseccionalidade, Anticapacitismo e Emancipação Social. In *Estudos da Deficiência: Interseccionalidade, Anticapacitismo e Emancipação Social*. Curitiba: CRV. 2020.

MARTINS, B. S.. et al. A emancipação dos estudos da deficiência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 98, p. 45-64, 2012.

MARTINS, D. A.; LEITE, L. P.; BROGLIA, C. L.. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. In:



Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 23, n. 89, p. 984-1014, nov. 2015. ISSN 1809-4465. Disponível em <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/772>>. Acesso em: 7 set.2016.

OLIVER, M.. The Politics of Disablement. London: Macmillan.1990.

SASSAKI, R. K. As sete dimensões da acessibilidade. São Paulo: Lavartus Prodeu, 2019.

SCULLY, J.. Corporificação da deficiência e uma Ética do Cuidar. In: DINIZ, Debora (Orgs.). Admirável nova genética: Bioética e sociedade. Brasília: UnB, Letras Livres, 2005

SILVA, J. S. S. da.. Revisitando a acessibilidade a partir do modelo social da deficiência: experiências na educação superior. Revista educação Especial/UFSM, v.31, 2018.

SILVA, J. S. S da.. A sombra da discriminação e as barreiras de gênero no cotidiano de mulheres com deficiência na universidade. Revista Educação Especial/UFSM, v. 33, 2020. DOI: 10.5902/1984686X38311.

THOMSON, G. R.. Integrating Disability, Transforming Feminist Theory. NWSA Journal, 14(3). 1-32. 2002